

A Escola de Aprendizes Marinheiros na cidade do Rio Grande/RS (1861-1889)

*Hardalla Santos do Valle**

*Giana Lange do Amaral***

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de abordar a instauração da Escola de Aprendizes Marinheiros na cidade do Rio Grande, nos anos de 1861 a 1889. São discutidos os princípios dessa instituição e suas ações de cunho correccional e de ensino de ofícios, destinados aos meninos desvalidos ou em situação de vulnerabilidade. Como alicerce teórico-metodológico, utiliza-se a História Cultural, para a análise documental de decretos imperiais e dos jornais “O tempo” e “Echo do Sul”. Conclui-se que a disciplina e o ensino instaurados na instituição eram coerentes com a legislação e o contexto sociocultural vigente. Porém, a rigidez disciplinar aplicada aos meninos nem sempre promoveu os resultados esperados, esbarrando em ações de resistência.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Marinheiros, Infância desvalida, Ensino de ofícios

* Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: hardalladovalle@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-7653-2834>.

** Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: gianalangoamaral@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-1088-9283>.

The School of Seamen Apprentices in the City of Rio Grande / RS (1861-1889)

Abstract

The present work has the objective of approaching the establishment of the School of Marines Apprentices in the city of Rio Grande, in the years of 1861 to 1889. The principles of this institution and its corrective actions and of teaching of crafts, destined to the underprivileged boys are discussed or in situations of vulnerability. As a theoretical-methodological foundation, Cultural History is used for the documentary analysis of imperial decrees and the newspapers “O tempo” e “Echo do Sul”. It was concluded that the discipline and teaching instituted in the institution were consistent with the legislation and the socio-cultural context in force. However, the disciplinary rigidity applied to the boys did not always promote the expected results, bumping into resistance actions.

Keywords: School of Marines Apprentices, Underprivileged Childhood, Craft Teaching

La Escuela de Aprendizaje Marineros en la Ciudad del Río Grande / RS (1861-1889)

Resumen

El presente trabajo tiene el objetivo de abordar la instauración de la Escuela de Aprendices Marineros en la ciudad de Rio Grande, en los años 1861 a 1889. Se discuten los principios de esa institución y sus acciones de cuño correccional y de enseñanza de oficios, destinados a los niños desvalidos o en situación de vulnerabilidad. Como fundamento teórico-metodológico se utiliza la Historia Cultural, para el análisis documental de decretos imperiales y de los periódicos El tiempo y Echo del Sur. Se concluye que la disciplina y la enseñanza instauradas en la institución eran coherentes con la legislación y el contexto sociocultural actual. Sin embargo, la rigidez disciplinaria aplicada a los niños no siempre promovió los resultados esperados, golpeando en acciones de resistencia.

Palabras clave: Escuela de Aprendices Marineros, Infancia desvalida, Enseñanza de oficios



Introdução

No ano de 1861, ao andar pelas ruas da cidade portuária do Rio Grande, podia-se encontrar espaços de sociabilidade que integravam os momentos de lazer da população. Eram teatros, igrejas, bibliotecas, praças, clubes de bailes, cafeterias, confeitarias e associações que congregavam os mais variados interesses coletivos. As apresentações de circo, festas populares e passeios na praia do cassino também quebravam a rotina de um cotidiano urbano de diversificadas atividades econômicas. Os jornais e impressos, que ali existiam, nos dão mostras dos espaços e das atividades realizadas na cidade, que era (e ainda é) o único porto marítimo do estado.

O comércio rio-grandino era realizado de forma muito ativa. Pavilhões de diversas nações flutuavam no porto. O movimento consistia, principalmente, da negociação de produtos oriundos da pecuária, principal atividade econômica do território gaúcho na época. Negociava-se couros secos, lãs, ossos, sebos, crinas e carne seca. (BAGUET, 1997, p.31 a 34).

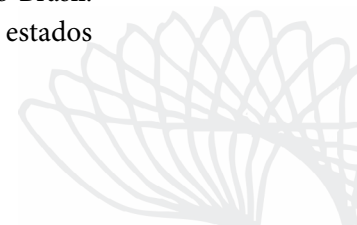
O Arsenal da Marinha possuía trapiche próprio e emprestava suas instalações à capitania. O prédio do Arsenal pertencia ao governo imperial e, entre os objetivos dos efetivos da Marinha local, estavam a construção de pequenas embarcações e reparos náuticos, a organização do tráfego de embarcações pela barra para facilitar a entrada de navios no porto e a administração dos faróis do litoral para auxiliar a navegação. (CESAR, 2016).

Foi no dia 12 de janeiro de 1861 que, pelo decreto nº 2725, foi estipulada a criação da Escola de Aprendizes Marinheiros em Rio Grande. A escola foi parte integrante de uma ação imperial de constituição e organização de atividades vinculadas à marinha, bem como de encaminhamento institucional da infância desvalida, posta em prática em diversas regiões do país. A instituição foi responsável pelo amparo, ensino de ofícios e recolhimento de meninos desvalidos, entre os 10 e 17 anos de idade. Os jornais locais publicavam a importância sociocultural desta instituição para a cidade, publicando também as fugas de alunos, as ações de coerção e o que essas causavam à camada menos privilegiada da população.

Todavia, há muitas lacunas acerca da história da escola. Surgem, assim, os seguintes questionamentos: por que ocorreu a instauração da Escola de Aprendizes Marinheiros em Rio Grande? Qual ensino foi planejado e efetivamente aplicado nessa instituição? Quem eram os seus alunos?

Atualmente, não há estudos específicos sobre essa escola. Duas obras relatam a sua existência: Loner (2001) e Cesar (2016). O que se encontra com maior facilidade são as pesquisas que mencionam a ordem imperial de criação de uma Escola de Aprendizes Marinheiros no Rio Grande do Sul. Dentre outros, são autores que destacam este fato: Franco (1988), Cunha (2000), Silva (2003), Castro (2007), Machado (2007), Castro (2008), Silva (2011) e Lima (2013).

Nessa direção, delimita-se este estudo do ano de criação da escola (1861) ao ano de proclamação da república (1889). Destaca-se que, nas décadas finais do império brasileiro, houve forte incentivo à criação de Escolas de aprendizes marinheiros no Brasil. Todavia, é preciso salientar que esse modelo institucional funcionou, em alguns estados



brasileiros, ainda nos primeiros anos da república. Foi o caso de Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Essa abordagem têm como aporte teórico-metodológico a História Cultural (BURKE, 2008 e CERTEAU, 1997) que ampara a análise documental (SAMARA e TUPY, 2010 e LUCA, 2010) dos jornais “O tempo” e “ECHO do Sul”, bem como dos decretos que estão disponíveis no acervo da Biblioteca Digital da Câmara do Deputados. A escolha das referências é pautada na crença de que os questionamentos sobre o documento, seus silêncios, suas ausências e seus vazios sempre devem estar presente no trabalho do pesquisador, por constituírem fragmentos que evocam sentido ao conhecimento produzido.

A Cultura escolar surge como uma possibilidade que permite observar a relação da escola com a sociedade no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o cotidiano das aulas e expressam nele as contradições sociais. Malikoski e Kreutz (2014) lembram ainda que a categoria cultura escolar possibilita o processo de compreensão de símbolos, normas, códigos e condutas que formam os discursos e as representações de consensos sobre os fenômenos e os objetos da escola.

Com esta base, nas linhas que seguem, serão identificadas as práticas educativas previstas às Escolas de Aprendizes Marinheiros. Logo após, serão discutidos os dados sobre a instauração dessa escola na cidade do Rio Grande. Desse modo, busca-se, aqui, partilhar reflexões que possam contribuir com os estudos sobre ensino de ofícios, infância desvalida e estabelecimentos oficiais de ensino.

As Escolas de Aprendizes Marinheiros

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, a transformação do Brasil em sede do governo português propiciou um novo olhar do Estado para a educação. Foram criados, no Rio de Janeiro, as cadeiras de anatomia e cirurgia e a Academia da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), o curso de agricultura (1814) e o curso de Desenho Técnico (1818). Muller (2010) atribui esse quadro à chegada de muitas pessoas à colônia, o que inevitavelmente implicou na maior necessidade de propiciar bens e serviços indispensáveis à sua acomodação e sobrevivência. Tornou-se, assim, necessária a abertura de cursos para a formação de profissionais para a manutenção da vida cotidiana da Corte e de especialistas preparados para conflitos bélicos.

Quando um empreendimento manufatureiro de grande porte, como os arsenais de marinha, exigia um contingente de trabalhadores não disponíveis, o Estado coagia sujeitos livres a se transformarem em operários. Contudo, o trabalho não era imposto a qualquer homem livre. Essa ação de obrigatoriedade era efetivada somente àqueles que, social e politicamente, não possuíam condições de resistir. Como afirma Cunha (2005, p.3),

O procedimento era o mesmo empregado na formação das guarnições militares e navais: a prisão dos miseráveis. Procedimento semelhante era adotado com os órfãos, os abandonados e os desvalidos em geral. Eles eram encaminhados pelos juizes e pelas Santas Casas de Misericórdia aos arsenais militares e de marinha, onde eram internados e submetidos à aprendizagem de ofícios manufatureiros até que, formados e depois de certo número de anos de trabalho como operários, escolhessem livremente onde, como e para quem trabalhar (CUNHA, 2005, p.3).



Enviar crianças pobres, órfãs e enjeitadas para instituições militares não supria apenas a necessidade de força bélica. De forma estratégica, o Estado recorria às instituições assistenciais para tirar das ruas aqueles jovens que considerava uma ameaça à ordem estabelecida, pela ociosidade e abertura a todo tipo de vício. O discurso médico também validava essa postura, pois afirmava ser a rua “a grande escola do mal” e o “espaço de produção dos futuros delinquentes” (MARCÍLIO, 1998). No jornal “Echo do Sul”, esse ponto de vista era endossado em alertas sobre a necessidade de guardar e separar em espaços produtivos aqueles meninos que representavam a massa futura de trabalhadores.

Foi com embasamento nessas concepções que 18 Escolas de Aprendizes Marinheiros foram fundadas no Brasil entre os anos de 1840 a 1875. De acordo com Venâncio (2000, p.198), essa foi a primeira vez se criou, no País, instituições inteiramente públicas para menores que não podiam permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis.

Para ser considerado um aprendiz marinho, a criança ou jovem deveria ser alistado¹ em uma dessas escolas. É interessante mencionar que a palavra “alistar” aparece nos decretos, ao invés de “matricular”. Certeau (1982) lembra que a palavra integra o material verbal suscetível de ser organizado no enunciado de um pensável ou de um pensado, ou seja, a palavra tem o poder de exprimir, ao mesmo tempo, o sentido real e um sentido que viria nela. Nessa direção, enfatiza-se que o ato de solicitar o alistamento dos alunos remete não apenas à matrícula, mas a um recrutamento de sujeitos, uma seleção de futuros marinheiros.

As escolas de Aprendizes Marinheiros eram dispostas pelos seguintes decretos:

Decretos de instauração das escolas de Aprendizes de Marinheiros nos estados brasileiros

Rio de Janeiro	Decreto nº 148, de 27 de Agosto de 1840
Pará	Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855
Bahia	Decreto nº 1.543, de 27 de Janeiro de 1855
Pernambuco	Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857
Santa Catarina	Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857
Mato Grosso	Decreto nº 2.74, de 12 de Janeiro de 1861
Maranhão	Decreto nº 2.725, de 12 de Janeiro de 1861
Rio Grande do Sul	Decreto nº 2.725, de 12 de Janeiro de 1861
Espírito Santo	Decreto nº 2.890, de Fevereiro de 1862
Paraná	Decreto nº 3.347, de 26 de Novembro de 1864
Ceará	Decreto nº 3.347, de 26 de Novembro de 1864
Sergipe	Decreto nº 4.142 de 05 de abril de 1868
São Paulo	Decreto nº 4.112, de 29 de Fevereiro de 1868
Paraíba	Decreto nº 4.680 de 17 de Janeiro de 1871
Amazonas	Decreto nº 4.680 de 17 de Janeiro de 1871
Rio Grande do Norte	Decreto nº 5.181, de 16 de Dezembro de 1872
Piauí	Decreto nº 5.309, de 18 de Junho de 1873
Alagoas	Decreto nº 5.847 de 2 de Janeiro de 1875

Fonte: quadro criado pelas autoras desse artigo, a partir de dados extraídos da Biblioteca virtual da Câmara dos Deputados.



Um aspecto comum a todos estes decretos é o fato de que eles seguiam alguns critérios regulamentados para o ingresso nas Escolas de Aprendizes Marinheiros².

Dentre os critérios, recebia destaque o fato de que o menor deveria ser cidadão brasileiro, ter idade entre 10 e 17 anos e ser de constituição robusta e própria para a vida no mar. O número de aprendizes nas escolas seria preenchido com menores voluntários ou órfãos e desvalidos que fossem enviados pelas autoridades competentes ou alistados pelos pais, tutores ou qualquer indivíduo que se declarasse por eles responsável. Também poderiam ser admitidos menores de 10 anos de idade que fossem julgados com suficiente desenvolvimento físico para o aprendizado. Não havia uma determinação geral do número de alunos por instituição. Lima (2013) afirma que esse aspecto era decidido conforme as diferenças e circunstâncias de cada localidade. No Rio Grande do Sul, esse número era de 98 alunos.

Esses critérios podem conduzir à percepção de que existia uma abertura à subjetividade na seleção dos meninos. Segundo Lima (2013), o recrutamento de pessoas em tenra idade, pertencentes às classes sociais menos favorecidas, era comum para suprir as guarnições. Isso porque acreditavam que, iniciados ainda muito jovens, eles poderiam dominar melhor as técnicas de comando e subordinação, necessárias nas relações que envolviam atividades nos navios, e aprender diversas operações complicadas, as quais demandavam uma prática longa e exaustiva. Loriga (1996, p.17) problematiza os desdobramentos socioculturais dessa prática quando sugere que o serviço militar acabava funcionando como uma ponte para o ingresso do menino no mundo dos adultos. A autora afirma que a imagem do menino que desempenha as tarefas militares como se já fosse um homem “era um divisor de águas, que assegurava a emancipação econômica, afetiva e sexual do jovem”.

Contudo, se, para ingressar nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, existia alguma flexibilidade nas normas, para sair o mesmo não ocorria. O artº 13, do Decreto nº 1.517, de 1855 declarava que “os aprendizes que assentarem praça nas filiais serão conservados nelas o tempo que for julgado suficiente para irem, gradualmente, se acostumando com a vida no mar, e a separação de suas famílias, sendo, então, remetidos para a companhia situada na Província”. Dessa forma, pelos decretos, legitimava-se que o tempo de formação do aluno era decidido pelo inspetor da escola. O que pode ser ponderado tanto como um subsídio para o rígido controle impositivo institucional sobre os meninos que lá não queriam estar, assim como para a permanência e a formação de meninos que pretendiam seguir a carreira na Marinha.

Venâncio (2000) afirma que era esperado que os garotos mantidos pelo poder público tivessem a pátria como pai e mãe e os demais aprendizes como irmãos; eles formariam, então, os denominados “batalhões da esperança”³, e, supostamente, dedicariam à nação todo o amor, fidelidade e lealdade que os demais costumavam consagrar aos familiares.

2 O Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855 e o Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857, abarcam uma série de critérios sobre as escolas de Aprendizes Marinheiros.

3 Para maiores informações ver: LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



No que tange às especificidades do ensino que deveria ser ministrado nas escolas, era estipulado pelo Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, que:

A instrução militar dos aprendizes marinheiros começará por aprenderem a entrar em forma, perfilar, volver à direita e à esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado, e etc, até a escola de pelotão; o manejo das armas brancas, a nomenclatura da palamenta, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada um destes instrumentos. A instrução náutica consistirá em aprenderem os misteres relativos à arte de marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós, e etc, coser pano, entralhar e, finalmente, aparelhar, e desaparelhar um navio. Esta instrução poderá ser adquirida na casa do aparelho e na das velas do Arsenal, ou a bordo de algum dos navios, que estacionarem na Província. Os menores aprenderão também a ler, escrever, contar, riscar mapas, e a doutrina Cristã, servindo-lhes de mestre o Capelão do Arsenal, ou um Oficial Marinheiro, que tiver as habilitações necessárias. Sempre que for possível, terão os aprendizes exercício de natação, tomadas aquelas cautelas ordenadas pelo Regimento provisional da Armada em tais ocasiões. O serviço do Quartel será feito de forma análoga ao que se pratica a bordo dos Navios da Armada, com aquelas modificações ou ampliações que o local exigir (Decreto nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855).

Observa-se que, na formação para o ofício de marinheiro, era oferecida a instrução primária, cristã e militar. O aprendizado do “saber fazer” e o alcance de um bom preparo físico eram aspectos que recebiam atenção. Os professores eram os próprios capelões ou oficiais. Assim, ter as “habilitações necessárias” (que não eram especificadas no documento) era o único critério para o exercício da docência. A doutrina Cristã está entre os conteúdos ministrados, o que acaba sendo coerente, uma vez que o catolicismo carrega, nesse período, uma forte expressão de controle social, e isso era desejado pela escola. Desemboca-se aqui no desejo de remodelamento dos comportamentos, que Julia (2012) associa a profunda formação do caráter e das almas, que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.

Na esteira dessas ideias, cabe salientar que é foco do presente estudo destacar aspectos que envolvem a cultura escolar e que correspondem, no dizer de Julia (2012, p.10), “tanto o conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar como, o conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Assim, no contexto dos regulamentos que sinalizam o ensino a ser ministrado nas escolas de aprendizes marinheiros no Brasil, serão abordados, a seguir, aspectos deste modelo institucional na cidade do Rio Grande.

O aquartelamento dos meninos desvalidos na cidade do Rio Grande

Aquartelar. Essa é uma expressão de cunho militar que aparece muito nos documentos analisados. Ela aparece como sinônimo de alojar, acolher e asilar. As primeiras discussões encontradas sobre a fundação da Escola de Aprendizes Marinheiros em Rio Grande são relacionadas ao prédio em que os meninos seriam “aquartelados”. No que se refere a criação e constituição da instituição, mencionava-se a preocupação do Capitão do Porto. Esse estava aceitando propostas para algumas obras, no armazém do depósito naval, que realizaria para a fundação da escola de meninos da Marinha. Porém, por or-



dem superior, acabou sendo utilizada para esse fim a casa em que funcionava a Capitania do Porto.

Escola de Aprendizes Marinheiros de Rio Grande (década de 1900)



Fonte: FONTANA, Amílcar. *Álbum Ilustrado da cidade do Rio Grande: aspectos antigos e modernos (1850-1912)*. Athelier fotográfico (s/ano)

O espaço físico que se vê na fotografia é exaltado no jornal “O tempo”, por meio de relatos poéticos ufanistas sobre “as velhas árvores que abrigam à sua sombra bravos marujos” e “o velho sobrado da Rua Pedro II em cujas salas brilharam os ilustres nomes da Marinha”. Embora a fachada não remeta a um prédio condenado, há vastas notas sobre os estragos que os anos causaram no lugar em que era situada a escola, bem como o perigo que constituía para aqueles que lá residiam. Na fotografia apresentada, percebe-se 3 meninos com uniformes brancos. Esses uniformes eram custeados pelo Almojarifado da Marinha da Província, mediante pedidos feitos pelo Escrivão e rubricados pelo Comandante responsável da escola. Do mesmo modo funcionava a solicitação de qualquer objeto que fosse necessário ao aprendizado dos meninos.

Em relação aos argumentos que levaram à criação desta instituição em Rio Grande, os jornais destacam a importância geográfica da cidade para o transporte marítimo e à proteção das fronteiras litorâneas, e como esses aspectos a constituíam como um bom lugar para a formação de futuros marinheiros. Esses são fatores que vão ao encontro dos critérios de seleção das sedes escolares da Marinha, relatados por Lima (2013).

Ao que tudo indica, o ensino ministrado cultivava os preceitos e as orientações previstos nos decretos aqui apresentados. A busca pela formação do bom marinheiro era prioridade. Os alunos passavam, periodicamente, por inspeções de oficiais vindos de outras regiões. A organização e distribuição do tempo para os diferentes exercícios e lições, marcando as horas e a duração de cada um, ficava a cargo dos oficiais encarregados de ministrar as lições, com a devida aprovação do Comandante da Companhia.

Ao direcionar a análise para os primeiros membros da escola, encontra-se a seguinte especificação no jornal “O tempo”, nº 155, de 15 de junho de 1937:

A companhia de Aprendizes Marinheiros desta cidade foi criada pelo Decreto nº 2.725, de 12 de Janeiro de 1861. [...] O pessoal desta companhia compunha-se de 65 indivíduos a saber: um Capitão Tenente Comandante, um Primeiro Tenente; um Comissário; um Escrivão; um Primeiro Sargento; um Mestre de Armas; dois Marinheiros de Classe; um de Segunda Classe; 53 aprendizes; um pífano e um tambor. Faltava pois, 45 menores para perfazer o número de 98 que era fixado (Jornal “O tempo”, Rio Grande, nº 155, de 15 de Junho de 1937).

É possível notar que, para além da descrição do quadro de oficiais, afirma-se que a equipe inicial era composta por 53 aprendizes. Essa situação pode ser explicada tanto pelo alistamento de meninos desvalidos rio-grandinos, como pelo deslocamento de aprendizes de outras localidades. Cumpre sublinhar que, quando um aluno era considerado exemplar, uma das formas de recompensá-lo era a condução para experiências em outras sedes. Além disso, de acordo com o Decreto nº 1.517, de 4 de janeiro de 1855 e LONER (2001), qualquer autoridade oficial poderia encaminhar meninos de outras regiões à escola de aprendizes, como forma de punição ou disciplinamento.

Em vista disso, ressalta-se que o cumprimento das ordens, dos deveres e do respeito à hierarquia, assim como o asseio e o bom comportamento em serviço e nas ruas, eram práticas cruciais na disciplina das Escolas de Aprendizes Marinheiros. O não cumprimento dessas práticas, por qualquer indivíduo fardado, era considerado um desprezo ao serviço militar, conduta esta que era pouco tolerada.

Segundo Lima (2013), para a Marinha, a indisciplina e o mau comportamento não se resumiam à insubordinação, mas englobavam maior número de deveres em relação às normas militares e a sua representatividade, frente aos cidadãos e aos cofres públicos. Para garantir a disciplina, considerava-se que o castigo corporal deveria ser largamente utilizado. O tipo mais comum era a chibatada.

Seguia-se a lógica de que aquele que foi faltoso deveria servir de exemplo à guarnição, aspecto que pode ser evidenciado, também, como exercício de reafirmação da dominação. Esperava-se que o marinheiro entendesse que nova falta seria acompanhada de novo castigo. Essa prática deveria garantir também a permanência da quantidade necessária de marinheiros, pois enviá-los a Conselho de Guerra para serem julgados era considerado o mesmo que perdê-los. (NASCIMENTO, 2001).

Em um outro prisma, estava a sociedade que conhecia a forma como a Marinha atuava., o que causava, muitas vezes, medo à camada menos privilegiada, que poderia ver os seus filhos serem considerados, pelas autoridades oficiais, como meninos ociosos e baderneiros, que deveriam ser encaminhados à Escola de Aprendizes Marinheiros. Tal situação era tão costumeira que as famílias redobravam seus cuidados com garotos. De acordo com Loner (2001), devido ao pega-pega de menores, todos os verões as mães pobres tratavam de metê-los nas escolas de primeiras letras e nos ofícios caseiros.

Um aspecto interessante é que, segundo Loner (2001) e o Jornal “Echo do Sul” (1888-1889), muitos meninos eram trazidos de Pelotas para a instituição. Do mesmo modo, muitas fugas dos meninos da Escola de Aprendizes Marinheiros ocorriam para essa cidade, situação que era punida pelas autoridades locais:



Aprendizes marinheiros.

Da Escola de Aprendizes de Marinheiros fugiram cinco menores, supondo-se que tenham ido para a cidade vizinha. A pedido do s.r. capitão do porto, o delegado da polícia daquela cidade trata de descobrir se eles lá se acham. A autoridade pelotense está disposta a aplicar rigorosamente a lei contra quem haja acoitado aqueles desertores (Jornal “Echo do Sul”, quinta-feira, 1º de fevereiro de 1889).

Em um lugar com uma rotina tão rígida, e alguns ingressos compulsórios, era de se esperar que os meninos tentassem burlar, resistir ao que era imposto de alguma maneira. Fugas eram muito comuns. Além disso, o alistamento tinha pouca procura e o número de alunos estava sempre abaixo do que era desejado. Salienta-se que a escola inicia com uma lacuna de 45 alunos para completar os 98 necessários. Em outros anos (1871, 1880, 1886), é abordado no jornal “Echo do Sul” que meninos haviam ingressado na Escola de Aprendizes Marinheiros, quase completando o número que faltava para fechar a quantidade de alunos estipulada.

Tais circunstâncias são resistências que espelham as tensões entre as normas estabelecidas e a configuração sociocultural que se tinha. Vidal e Schwartz (2010) chamam a atenção para o fato de que as instituições não são apenas locais de transmissão de conhecimentos, de inculcação de comportamentos, mas são também lugares de luta, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas criativas, ativas e, desse modo, estão imbricadas com o meio social.

Enfatiza-se, ainda, que a Escola de Aprendizes Marinheiros foi, ao lado da Roda dos Expostos⁴, uma das primeiras instituições de acolhimento dos desvalidos instauradas em Rio Grande. Em uma cidade onde, de acordo com Torres (2006), havia altos índices de mortalidade, doenças, e abandono de crianças, essa instituição pode ser percebida como uma opção de sobrevivência e ascensão aos meninos.

Tem-se, assim, uma relação multifacetada em que a escola estudada, com objetivos e princípios claros e próprios do seu tempo, abriu um pouco o leque de possibilidades de trabalho para jovens que jamais teriam como custear sozinhos algum curso de ofício. Ao lado, a camada menos abastada da sociedade sentia receio da coerção e da rígida disciplina, mas, sem muitas opções, legava uma parcela da sua infância enjeitada ao zelo das guarnições.

Considerações finais

Por tudo o que foi exposto, pode-se apreender que a Escola de Aprendizes Marinheiros foi instaurada em Rio Grande por razões estratégicas, que permitiam à localidade ser um ponto ideal para a formação de futuros marinheiros. O ensino planejado para essa escola estava em acordo com o que era indicado nos decretos imperiais, que determinavam os conteúdos a serem ministrados, bem como a disciplina que deveria ser imposta.

⁴ A Casa da Roda dos Expostos era um local, situado na antiga Rua da Praia (atual Marechal Floriano), cedido pela câmara municipal de Rio Grande para assistência dos menores que eram abandonados no Hospital Santa Casa. Essa casa era administrada pelos membros gestores do Hospital Santa Casa. Para maiores informações: TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos do Rio Grande. *Revista Biblos*, Rio Grande, v. 20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>



Em relação ao ensino que foi efetivado, a análise documental propiciou a compreensão de que os conteúdos foram coerentes com os idealizados. Todavia, a rigidez disciplinar que foi empregada nem sempre promoveu os resultados esperados, esbarrando em ações de resistência, como as fugas.

Para chegar a esse panorama, primeiramente, foi apontada a gênese das Escolas de Aprendizes Marinheiros no país, bem como os princípios que as orientavam. O direcionamento legislativo a certa liberdade de ação educativa aos oficiais responsáveis pela escola foi salientado, assim, como a idealização de um bom marinheiro, que contava com o período da infância para a sua formação.

A respeito da Escola de Aprendizes Marinheiros de Rio Grande, foram abordados dados sobre o prédio da instituição, como organizavam-se os conteúdos e como configurava-se a ordem, os deveres e punia-se a insubordinação. Nessa linha, foi investigada a reação da sociedade e dos alunos a essa organização escolar, o que evidenciou uma complexa relação entre a instituição e os sujeitos.

Por fim, é preciso acrescentar que este estudo não se esgota neste trabalho pela complexidade e riqueza do tema tratado. Contudo, foi intenção não apenas discorrer sobre uma instituição com escassas menções, mas suscitar questões e análises acerca de um contexto educacional propiciado para meninos em situação de vulnerabilidade. O lócus tratado é repleto de conflitos socioculturais, que vêm ganhando força dentro dos estudos históricos educacionais.

Referências bibliográficas

- BAGUET, Alexandre. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTRO, César Augusto. Navegar é preciso: a Escola de Aprendizes Marinheiros no Maranhão Império. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação**. O ensino e a pesquisa em história da educação – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2007. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/652.pdf>
- CASTRO, Reginaldo. **Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa**. Teresina: EDUFPI, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CESAR, Willy. **A cidade do Rio Grande: do big bang a 2015**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios no primórdio da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **O ensino de ofícios manufatureiros dirigido aos menores abandonados: Brasil - 1870/1930**. Dissertação de mestrado: PPGE-PUC/RS, 1988.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>
- LIMA, Solyane. **Recrutá-los jovens: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)**. Tese de doutorado: PPGE-UFGM, 2013.



LONER, Beatriz. **Construção de classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: UFPEL, 2001.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LUCA, Tania de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Gisele. **Escreveu não leu, o pau comeu:** a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina. Dissertação de mestrado: PPGE-UFSC, 2007.

MALIKOSKI, Adriano e KREUTZ, Lucio. A cultura escolar como categoria de análise na produção de narrativas históricas sobre educação. **Revista Textura** Canoas n.32 p.245-260 set./dez. 2014.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

MULLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR online**, Campinas, n.40, p. 189-211, dez.2010.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada:** recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SILVA, Rosenilda Maria. Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí: história de uma instituição educativa. In: **Anais do XII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, João Pessoa, 2003.

SILVA, Wandoberto Francisco da. O destino dos filhos pobres, órfãos e enjeitados de Pernambuco: as companhias de Aprendizes da Marinha (1847-1857). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011

TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos do Rio Grande. **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 20, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724>

TORRES, Luiz Henrique. **História do município do Rio Grande.** Rio Grande: Pluscom, 2015.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

Sobre os autores

Hardalla Santos do Valle

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Graduada em História licenciatura pela universidade Federal do Rio Grande. Graduada em História bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande. Graduada em Pedagogia pela Universidade Internacional.

Giana Lange do Amaral

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas. Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Bolsista Produtividade CNPQ/PQ2. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas.

